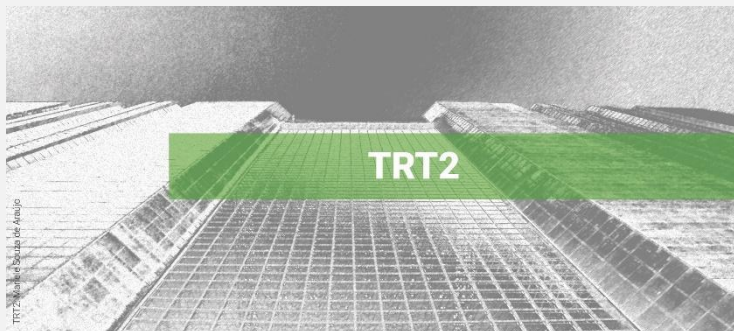


INFORMATIVO TRT2

Atos normativos da semana

N. 26

Período: 29 jun. a 3 jul. 2026



Ato n. 34/GP, de 25 de junho de 2026

Reformula a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual, do Racismo e de todas as formas de Discriminação, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Ato n. 35/GP, de 25 de junho de 2026

Reorganiza e regulamenta a estrutura, o funcionamento, os procedimentos e as atribuições do Laboratório Artesãos da Inovação do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Resolução n. 3/GP, de 25 de junho de 2026

Institui a Política para Inovação no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região e dá outras providências.

Ato n. 6/GP.CR, de 26 de junho de 2026

Institui a Comissão Permanente Disciplinar de 1º Grau no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Ato n. 36/GP, de 26 de junho de 2026

Institui a Comissão Permanente Disciplinar de 2º Grau no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Ato n. 37/GP, de 26 de junho de 2026

Altera o Ato n. 7/GP, de 24 de fevereiro de 2026, que define a estrutura e as atividades da Secretaria de Auditoria do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região e dá outras providências.

Portaria n. 14/GP, de 26 de junho de 2026

Designa os(as) integrantes da Comissão Permanente Disciplinar de 2º Grau do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Portaria n. 16/GP.CR, de 26 de junho de 2026

Designa os(as) integrantes da Comissão Permanente Disciplinar de 1º Grau do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Edital n. 3/CR, de 30 de junho de 2026

Comunica a abertura de inscrições de Varas do Trabalho para o 4º Ciclo de Mentoria 2026 do programa “Recuperação de Vara do Trabalho – Mentoria”.

Ato n. 39/GP, de 1º de julho de 2026

Regulamenta o exercício da docência e a participação em eventos por magistrados e magistradas do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Portaria n. 33/DGA, de 1º de julho de 2026

Designa servidores para atuarem como Gestores e Fiscais dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Órgãos de Interesse

Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Ato n. 69/CSJT.GP.SG, de 26 de junho de 2026

Regulamenta os arts. 4º e 5º, incisos I e II, da Resolução n. 445/CSJT, de 26 de junho de 2026, que dispõe sobre a assistência à saúde suplementar para magistrados e servidores da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, para dispor sobre a aplicação de recursos orçamentários consignados ao Tribunal voltados à assistência à saúde suplementar de magistrados e servidores.

Ato n. 70/CSJT.GP.SG, de 26 de junho de 2026

Regulamenta o art. 5º, incisos III e V da Resolução n. 445/CSJT, de 26 de junho de 2026, que dispõe sobre a assistência à saúde suplementar para magistrados e servidores da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, para dispor sobre o valor per capita da assistência saúde para servidores e seus dependentes para alocação dos recursos orçamentários e sobre os limites contingenciais para pagamento do auxílio-saúde.

Ato n. 71/CSJT.GP.SG, de 26 de junho de 2026

Regulamenta o art. 5º, incisos IV e V da Resolução n. 445/CSJT, de 26 de junho de 2026, que dispõe sobre a assistência à saúde suplementar para magistrados e servidores da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, para dispor sobre o valor do auxílio-saúde para magistrados para alocação dos recursos orçamentários e sobre os limites contingenciais para seu pagamento.

Ato n. 72/CSJT.GP.SG, de 26 de junho de 2026

Regulamenta o art. 5º, inciso VII, da Resolução n. 445/CSJT, de 26 de junho de 2026, que dispõe sobre a assistência à saúde suplementar para magistrados e servidores da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, para dispor sobre os requisitos e procedimento para reembolso das despesas médicas e odontológicas.

Ato Conjunto n. 39/TST.CSJT, de 26 de junho de 2026

Altera o Portfólio de Iniciativas Nacionais do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho de Primeiro e Segundo Graus (PE-JT), ciclo 2021-2026.

Resolução n. 445/CSJT, de 26 de junho de 2026

Dispõe sobre a assistência à saúde suplementar para magistrados e servidores da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, em cumprimento ao estabelecido na Resolução n. 294/CNJ, de 18 de dezembro de 2019.

Ato n. 73/CSJT.GP.SG, de 1º de julho de 2026

Altera o Ato n. 24/CSJT.GP.SG.SEJUR, de 31 de março de 2026, que designa os membros da Gerência Temática, os Gerentes de Produto e a Coordenação Técnica dos Produtos Digitais Nacionais vinculados à área temática Pessoas da Justiça do Trabalho.

Conselho Nacional de Justiça

Enunciado Administrativo n. 26/CNJ, de 23 de junho de 2026

Os arquivamentos de procedimentos disciplinares por decisão monocrática nos tribunais e conselhos (CJF e CSJT) autorizam a atuação da Corregedoria Nacional de Justiça independente da instauração de revisão disciplinar, não se sujeitando ao prazo decadencial de 1 (um) ano. Apenas as decisões colegiadas (condenação, absolvição, arquivamento liminar ou rejeição de instauração de PAD) sujeitam-se ao prazo constitucional de 1 (um) ano para RevDis no Conselho Nacional de Justiça.

Recomendação n. 170/CNJ, de 23 de junho de 2026

Regulamenta a Resolução n. 600/CNJ, de 13 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a localização de pessoas e bens por oficiais e oficiais de justiça, mediante acesso a sistemas informatizados do Poder Judiciário.

Portaria n. 46/CNJ, de 25 de junho de 2026

Institui Grupo de Trabalho destinado ao estudo, validação, aprovação, padronização e implementação de fluxos processuais automatizados com utilização de inteligência artificial e integração aos sistemas processuais eletrônicos do Poder Judiciário (Processo SEI n. 12603/2026).

Recomendação n. 171/CNJ, de 26 de junho de 2026

Recomenda às juízas, aos juízes e aos tribunais competentes para processar e julgar execuções fiscais que priorizem a alienação por iniciativa particular, em substituição ao leilão judicial, observadas a publicidade e a transparência do procedimento, nos termos do art. 880 do Código de Processo Civil.

Recomendação n. 172/CNJ, de 26 de junho de 2026

Altera a Recomendação n. 134/CNJ, de 9 de setembro de 2022, que dispõe sobre o tratamento dos precedentes no Direito brasileiro.

Portaria n. 48/CNJ, de 1º de julho de 2026

Institui Grupo de Trabalho para realização de auditoria dos passivos funcionais de magistrados nos tribunais brasileiros, com exceção do Supremo Tribunal Federal.

Portaria n. 49/CNJ, de 1º de julho de 2026

Aprova o Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça.

Provimento n. 235/CNJ, de 2 de julho de 2026

Altera e acresce parágrafos ao art. 2º do Provimento n. 234/CNJ, de 26 de junho de 2026, que regulamenta os critérios para apuração, atualização e pagamento de passivos funcionais decorrentes do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) no âmbito do Poder Judiciário.

Provimento n. 236/CNJ, de 2 de julho de 2026

Altera o artigo 5º e acrescenta o 5º-A ao Provimento n. 233/CNJ, de 24 de junho de 2026, que regulamenta o direito a férias anuais dos magistrados, dispondo sobre o período de gozo, o fracionamento, a acumulação por necessidade do serviço e as hipóteses e critérios para a conversão em pecúnia.

Edital de seleção de magistrados(as) para participação no Berkeley Law Visiting Scholars Program – University of California, Berkeley/CNJ, de 2026

Torna pública a abertura de processo seletivo destinado à indicação de magistrados(as) para participação no Berkeley Law Visiting Scholars Program.

Edital de seleção de magistrados(as) para participação no Berkeley Law Visiting Scholars Program – University of California, Berkeley/CNJ, de 2026. Retificação

Retifica o item 5.1 do Edital para fazer constar que as inscrições deverão ser realizadas no período de 1º a 15 de julho de 2026.

Tribunal Superior do Trabalho

Recomendação n. 1/GCGJT, de 28 de maio de 2026

Recomenda às Varas do Trabalho o arquivamento definitivo de processos nas hipóteses em que remanescerem apenas condenações a obrigações de fazer ou não fazer, ou de caráter continuado, exceto em relação às ações propostas pelo Ministério Público do Trabalho, e nos casos em que houver o reconhecimento de valores devidos por beneficiários da justiça gratuita, a título de honorários advocatícios sucumbenciais.

Ato n. 7/GCGJT, de 2 de julho de 2026

Altera a composição do Grupo Gestor Nacional das Tabelas Processuais Unificadas.

Poder Legislativo

Lei n. 15.455, de 1º de julho de 2026

Estabelece medidas de proteção e acolhimento de trabalhadoras e trabalhadores resgatados de condição análoga à de escravo; vincula o poder público e os empregadores à obrigação de efetivar a proteção de trabalhadores no ambiente doméstico; e altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), as Leis n.s 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, e 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e a Lei Complementar n. 150, de 1º de junho de 2015, para incluir disposições referentes ao combate ao trabalho em condição análoga à de escravo.

Lei n. 15.456, de 3 de julho de 2026

Regulamenta a profissão de protesista/ortesta ortopédico.

Poder Executivo

Decreto n. 13.054, de 3 de julho de 2026

Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto n. 3.048, de 6 de maio de 1999, para dispor sobre a condição de segurado especial dos associados em cooperativas.

Medida Provisória n. 1.375, de 3 de julho de 2026

Amplia o rol de Carreiras e Planos Especiais de Cargos cujos ocupantes fazem jus à indenização de que trata a Lei n. 12.855, de 2 de setembro de 2013, altera a Lei n. 15.367, de 30 de março de 2026, para admitir que as pessoas de que tratam o art. 6º da Emenda Constitucional n. 79, de 27 de maio de 2014, e o art. 6º da Emenda Constitucional n. 98, de 6 de dezembro de 2017, exerçam o direito de opção de que tratam os art. 52 a art. 54 da referida Lei, e transforma cargos efetivos vagos.

Supremo Tribunal Federal

Resolução n. 914/STF, de 1º de julho de 2026

Altera o anexo da Resolução n. 833/STF, de 13 de maio de 2024, que dispõe sobre as Tabelas de Custas e a Tabela de Porte de Remessa e Retorno dos Autos e dá outras providências.

Conselho Federal de Farmácia

Resolução n. 6/CFF, de 25 de junho de 2026

Dispõe sobre as atribuições do farmacêutico no âmbito do cuidado paliativo e terminalidade da vida.

Conselho Federal de Fonoaudiologia

Resolução n. 835/CFFa, de 20 de junho de 2026

Dispõe sobre a regulamentação da atuação do fonoaudiólogo na área de Estética Orofacial.



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Avenida Paulista, 2064 - 20º andar - Centro
CEP: 01310-200 - São Paulo/SP
Tel: (11) 3150-2314

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial,
Normativa e Documental



Basis TRT2

Revista do Tribunal